



ESTADO DE PERNAMBUCO

Prefeitura Municipal de Parnamirim

LEI Nº 523 DE 04 DE JULHO DE 1997.

EMENTA: Estabelece as Diretrizes Orçamentarias para o Ano de 1.998 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM, no uso de suas atribuições legais propõe a aprovação da Câmara Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município, para o exercício financeiro de 1998.

Parágrafo 1º - O prefeito do Município encaminhará até o dia 30 de setembro o projeto de lei do orçamento anual para o exercício de 1998.

Parágrafo 2º - A Câmara Municipal encaminhará até o dia 31 de agosto a sua proposta orçamentaria, para ser inserida no Orçamento Geral do Município para o ano de 1998.

Parágrafo 3º - As despesas com a Câmara de Vereadores, incluídas as das suas manutenções, não poderão exceder a 8% (oito por cento), da receita orçamentaria efetivamente arrecadada no exercício.

Parágrafo 4º - O Município incrementará a sua política de arrecadação tributária da sua competência, de forma a que o seu peso na receita efetivamente arrecadada não seja inferior a 2% (dois por cento) do total da receita orçamentaria.

Parágrafo 5º - O Município alocará para as ações de saúde, recursos de forma progressiva, de forma a que possa alcançar no final do exercício, até 10% (dez por cento) das receitas efetivamente arrecadadas.

Art. 2º - No projeto de Lei Orçamentaria, as Receitas e as Despesas serão orçadas segundo os preços e as variáveis respectivas, vigentes no mês de julho de 1997.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Lei Orçamentaria:

I - Estimará os valores da Receita e fixará os valores da Despesa de acordo com a variação de preços prevista para o ano de 1998.

II - Autorizará a abertura de Créditos Suplementares no montante de até 50% (cinquenta por cento) do valor global da Despesa Fixada.



ESTADO DE PERNAMBUCO

Prefeitura Municipal de Pernambuco

Art. 3º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

DAS DIRETRIZES COMUNS

Art. 4º - As despesas poderão, excepcionalmente, no decorrer do exercício, superar as receitas, desde que o excesso de despesa seja financiado por operações de crédito.

Art. 5º - Para efeito do disposto no Art. 1º, Inciso III da Lei complementar nº 82 de 27 de maio de 1995. Fica estabelecido que:

I - As despesas totais com pessoal ativo e inativo da Administração direta, inclusive fundações públicas pagas com receitas correntes do Município, não poderá em cada exercício financeiro exceder a 60% (Sessenta por cento) das respectivas receitas correntes;

II - Os cargos e empregos públicos, cuja vacância ocorrer no ano de 1998, poderão ser preenchidos na forma da Lei;

Art. 6º - As despesas de custeio administrativo e operacional não poderão ter aumento superior à variação do índice de inflação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1997, salvo caso de comprovada insuficiência decorrente da expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou novas atribuições recebidas no exercício de 1997.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito de cálculo, excluem-se do disposto neste artigo, as despesas indicadas no artigo 5º, da presente Lei.

Art. 7º - O relatório bimestral de que trata o Art. 165, parágrafo 3º da Constituição Federal, demonstrará as Categorias de Programa de cada Órgão.

Art. 8º - O Poder Executivo, terá o final do mês de setembro de 1997, para enviar a Câmara Municipal de Vereadores, o projeto de lei dispondo sobre alterações da Legislação Tributária.

Art. 9º - No projeto de lei orçamentaria, a estimativa das receitas do orçamento poderá considerar os efeitos e as modificações previstas no artigo anterior.

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTARIA

Art. 10 - Na Lei Orçamentaria anual, a discriminação da Despesa far-se-á por Categoria Econômica, indicando-se pelo menos, para cada Categoria, no seu menor nível:



ESTADO DE PERNAMBUCO

Prefeitura Municipal de Pernambuco

NATUREZA DA DESPESA

DESPESAS CORRENTE	DESPESAS
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE
CAPITAL	
Despesa de Custeio	Investimentos
Transferências Correntes	Inversões Financeiras
	Transferências de Capital

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo, corresponde aos agrupamentos de Elementos de Despesas com seus respectivos desdobramentos, conforme definir a Lei orçamentaria.

Parágrafo 2º - As Despesas e as Receitas do Orçamento serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciados o Déficit ou o Superávit Corrente e o total do Orçamento;

Parágrafo 3º - A Lei Orçamentaria incluirá, dentre outros, demonstrativos:

I - Das Receitas do Orçamento que obedecerá ao previsto no Art. 2º, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Da Natureza da Despesa para cada Órgão;

III - Da Despesa por Fonte de Recursos, para cada Órgão;

IV - Dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do disposto no Art. 212, da Constituição Federal.

Art. 11 - As Categorias Econômicas de que trata o artigo 10, desta Lei, serão identificadas por Projetos e Atividades.

Art. 12 - O projeto de Lei Orçamentaria será apresentado com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se, no que couber, as demais disposições legais.

Art. 13 - Os Créditos Adicionais terão a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta Lei.

Art. 14 - A prestação de contas anual do Município, incluirá relatório de execução com a forma e detalhes apresentados na Lei orçamentaria.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Se o projeto de Lei Orçamentaria não for aprovado até o término do último período legislativo de 1997, a Câmara Municipal de Vereadores será de imediato, convocada extraordinariamente pelo seu Presidente na forma estabelecida pela Lei Orgânica Municipal, até que o projeto seja aprovado.



ESTADO DE PERNAMBUCO

Prefeitura Municipal de Pernambuco

PARÁGRAFO ÚNICO - Se até o dia 31 de dezembro de 1997 o projeto da Lei Orçamentaria não for aprovado, o Prefeito Municipal poderá executar sua programação, obedecendo os limites dos créditos orçamentários.

Art. 16 - A liberação dos recursos para cada Unidade Orçamentaria, dependerá de programa financeiro de desembolso, estabelecida pelo chefe do Poder Executivo Municipal, para cada bimestre, levando-se em conta o desempenho da Receita de 1998.

Art. 17 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentarias compreendidas os Créditos Suplementares e especiais destinados ao Poder Legislativo Municipal ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês;

PARÁGRAFO 1º - As quotas de Recursos a que se refere o caput deste artigo, para efeito de entrega mensal aquele Poder, guardarão da Receita Orçamentaria efetivamente realizada a mesma proporcionalidade constatada comparativamente à Receita Orçamentaria prevista;

PARÁGRAFO 2º - Para efeito do que trata este artigo exclui-se da Receita Orçamentaria as operações de crédito e as receitas auferidas mediante convênios ou fundo perdido.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Julho de 1997

- PLÁCIDO DE AQUINO ANGELIM -
- PREFEITO -